
FOSSION, André. *O Deus desejável*: proposição de fé e iniciação. Tradução: Paulo Sérgio Carrara e Solange Maria do Carmo. São Paulo: Loyola, 2015. 280 p. ISBN: 978-85-15-04347-7.

André Fossion é jesuíta, professor no Centro Internacional *Lumen Vitae* em Bruxelas (Bélgica). Foi diretor desse centro de 1992 a 2002 e presidente da *Equipe Europeia de Catequese* de 1988 a 2006. É autor dos livros: *Lire les Écritures. Théorie et pratique de la lecture structurale* (Lumen Vitae, 1980), *La catéchèse dans le champ de la communication* (Cerf, 1990), *Dieu toujours recommencé* (Lumen Vitae/Cerf/Novalis, 1997), *Une nouvelle fois. Vingt chemins pour (re)commencer à croire* (Lumen Vitae/Novalis/l'Atelier, 2004).

O livro *O Deus desejável* pertence à Coleção Theologica, de responsabilidade da Faculdade de Teologia da FAJE. A apresentação à edição brasileira é feita por Johan Konings, professor desta Faculdade. Cabe felicitar a Coleção Theologica que, em parceria com as Edições Loyola, disponibiliza a tradução desta obra ao público de língua portuguesa.

Fossion começa o texto com duas perguntas instigantes ao leitor: é necessário crer em Deus para construir uma sociedade justa, pacífica e sensata? É preciso crer em Deus para pertencer a seu Reino e se beneficiar da salvação? Muitas pessoas estão profundamente comprometidas com a liberdade, a igualdade e a justiça social sem ser sustentadas pela fé em um Deus. Estas questões colocam uma maneira nova de nos situar como cristãos. Trata-se de amar como Deus ama, ou seja, de forma incondicional. Jesus manifestou esta maneira de estar em relação com os outros, de pensar e de agir que em todos seus encontros, ele despertava a vida e a esperança, erguia os caídos, acolhia os abandonados. A fé cristã é tributária da posição que se toma diante da pessoa de Jesus histórico. A fé se decide no encontro com os outros, na hospitalidade e na convivência. É neste ambiente que a fé cristã pode nascer e crescer, enfim, ser *desejável*. Por isso, cristãos adultos na fé e coerentes no discipulado podem testemunhar este Deus desejável.

A tarefa pastoral consiste em tornar precioso e desejável o que não é necessário. É esta tarefa que a presente obra de Fossion tem como objetivo, esperando que ela ajude as comunidades cristãs e os catequistas a conduzi-la com inteligência e de maneira evangélica. Sem hipocrisia. O livro está dividido em quatro partes designadas cada uma por um verbo de ação: *evangelizar, catequizar, ensinar, ler as Escrituras*.

A primeira seção, *Evangelizar*, aborda uma maneira de viver e de falar como cristão no contexto contemporâneo. Como testemunhar o Evangelho de maneira compreensível em mundo plural, secularizado e tecnológico? O capítulo 1 busca respostas para uma questão prévia: Por que propor a fé a esta sociedade? Os capítulos 2 e 3 concentram sua reflexão no anúncio explícito do conteúdo do Evangelho. O autor oferece uma releitura do Credo como uma expressão do mistério da fé a partir das resistências da cultura atual. A modo de ilustração, o Capítulo 4, “Evangelizar em uma cultura de debate” desenvolve-se a partir de um diálogo com um ateu (Comte-Sponville). Capítulo interessante e desenvolvido de forma criativa.

A segunda seção, *Catequizar*, parte do fato de que as fronteiras entre *evangelização* e *catequese* não estão claramente delimitadas. A evangelização conduz à catequese, e esta não esgota a evangelização. A evangelização tem por finalidade a conversão à Cristo. A catequese trata de fazer com que os convertidos alcancem a maturidade da fé. Focado no segundo termo, o autor se pergunta: qual o futuro da catequese numa sociedade plural? Tentando responder a esta questão, o Capítulo 5 desenvolve a catequese em torno de cinco modelos: *comunidade, diversidade, missão, iniciação, inteligência da fé*. Convicto de que a catequese deveria priorizar as novas gerações, o capítulo 6 detém-se no grande desafio da iniciação cristã das juventudes. O capítulo 7, retomando o capítulo 3, evidencia a centralidade do Credo na catequese a partir da sua tríplice estrutura: *trinitária, narrativa e enunciativa*. O capítulo 8, “A catequese a serviço da competência cristã”, é uma teorização do ato catequético enquanto introduz o catequizando na inteligência da fé. A competência cristã é definida como a aptidão para crescer na fé em Igreja e para conduzir sua vida com sabedoria, felicidade e dinamismo.

A terceira seção, *Ensinar*, aborda a escola como lugar de humanização e de evangelização. O autor se dirige, em primeiro lugar, aos cristãos envolvidos no campo da educação, seja ela pública ou privada. Levando em conta seu contexto europeu ocidental, Fossion defende uma presença cívica do ensino católico no seio da laicidade (capítulo 9) e analisa as possibilidades de se propor a fé no ambiente escolar (capítulo 10). Os capítulos 11 e 12 abordam a questão do ensino religioso na estrutura curricular. Neste aspecto, surgem dois desafios: a promoção da liberdade religiosa do cidadão numa sociedade pluralista e o despertar do desejo espiritual. Como articular ambas as demandas?

A quarta seção, *Ler as Escrituras*, percorre transversalmente as três anteriores. Fossion defende que a leitura da Sagrada Escritura pode ser um bom lugar para despertar o desejo por uma vida mais digna e mais humana, de amadurecer a vivência da fé em vista de um compromisso maior com a comunidade cristã. Na sequência desta temática, o Capítulo 13 distingue três tipos de utilização da Bíblia na catequese: como depósito de sentido

acabado e pronto; como mediação para a busca de sentido; como serviço de competência cristã. Nesta direção, o capítulo seguinte desenvolve, com o apoio das teorias contemporâneas, uma teologia da leitura da Bíblia: as condições para uma leitura adequada, a competência exigida, seus métodos e pedagogias, seus desafios para a prática da fé. O último capítulo reúne cinco exercícios de leitura de textos do Evangelho no âmbito de uma catequese de adultos.

Fossion termina sua obra brindando o leitor com um apelo: *Abrir a fé e abrir-se à fé*. Os quatro pontos que evoca retomam seu objetivo inicial: a atenção aos desafios do nosso tempo, a fidelidade ao espírito do Concílio Vaticano II, a vitalidade das comunidades locais, a caridade pastoral. Em suma, trata-se de favorecer o acesso ao reconhecimento da graça de Deus.

É fácil perceber a implicação recíproca dos capítulos e a circularidade dos temas neles tratados. A obra aborda uma questão central do cristianismo: a transmissão da fé e sua recepção. A transmissão não pode se restringir a instruir ritos e doutrina moral. A catequese precisa ajudar a pessoa a fazer seu encontro com Deus, sua experiência de um Deus que é Amor, Dom e Mistério. O processo catequético não tem como finalidade principal ensinar doutrina e gerar conhecimento.

Muitos catequistas, na melhor das hipóteses, estão preparados para transmitir o *Catecismo*, os mandamentos, os interditos morais e algumas leis da Igreja. Mas as pessoas querem mais, desejam mais. Mistério não se ensina. Deus não é um enigma a ser decifrado. O mistério não é para ser resolvido, é para ser experimentado e transmitido (anunciado). Os Evangelhos são narrações da experiência das primeiras comunidades. Narrar o evento Cristo de modo a envolver os ouvintes. As primeiras comunidades investiam na iniciação cristã. Testemunhavam com a vida e de “viva voz” (*katecheo*) a autocomunicação de Deus no evento Cristo. O catequizando seria aquele que está sendo “iniciado” nessa “escuta” da Palavra de Deus. Chegar a ser cristão não era entendido como o resultado de um acontecimento repentino que transformava a pessoa tocada pelo espírito, ou com a memorização dos 10 mandamentos, mas sim como fruto de um processo gradual, marcado pela experiência dialogal da Revelação na vida pessoal e comunitária.

Outros aspectos chamam a atenção na obra de Fossion: a centralidade do Credo na catequese, pois nele se fazem presentes todos os elementos nucleares da fé cristã; a educação na fé pertence por essência à comunidade, pois a salvação nunca é alcançada de forma individualista. Orígenes entende o Cristianismo como o maior poder educacional da história. Cristo é o educador da comunidade por excelência; a Igreja nascente também distinguia entre o anúncio do Evangelho aos não cristãos – *kerigma* – e o ensinamento aos neo-cristãos – *didaqué*.

Outro aspecto que chama a atenção: o autor desvincula o itinerário catequético da mera preparação para os sacramentos, devolvendo a ela a autonomia e o dinamismo de uma formação integral para a fé cristã. Essa opção aponta para a superação da tendência da catequese tradicional à educação bancária escolar, ao utilitarismo e à doutrinação superficial. Ao mesmo tempo, nesta proposição os sacramentos recuperam seu verdadeiro sentido. A iniciação cristã constitui algo mais que ensinamento. É também comunhão, celebração, oração, mudança de estilo de vida e costumes, participação na comunidade, enfim, uma iniciação a uma existência configurada pelo encontro com o Crucificado-Ressuscitado.

A catequese deve ser compreendida dentro da perspectiva mais ampla da evangelização, pois abrange seus diversos campos de atuação, ou seja, a iniciação sacramental, as atividades pastorais e ministérios. A leitura do livro e a situação da catequese no Brasil suscitam algumas perguntas: Conseguiu a renovação conciliar superar a mentalidade pré-conciliar refletida nos catecismos? A adoção do novo Catecismo da Igreja Católica publicado durante o pontificado de João Paulo II, não reflete esta mentalidade anti-conciliar? Voltou-se a considerar a catequese como tarefa de “passar” a doutrina do Catecismo a crianças e adolescentes? O que um catequista entende por catequese?

A catequese é iniciação ao ser *discípulo e missionário* (Documento de Aparecida). Sua renovação envolve a renovação da Igreja. Não só na Europa de Fossion, mas também aqui no Brasil, Deus “precisa ser redescoberto e desejável como Deus que nos dá a liberdade de amá-lo e de nos deixar amar por Ele” (Konings, Apresentação à edição brasileira). O momento atual exige novo impulso no qual a catequese ocupa lugar de destaque, pois está diretamente implicada no processo da transmissão da fé em um “Deus desejável”. Um Deus não da necessidade, mas da Graça.

O livro se destina, primeiramente, aos catequistas, aos assessores e agentes de pastoral. Também aos bispos, presbíteros e estudantes de teologia. Catequistas experientes serão capazes de compreender muitos aspectos da proposta. Ainda que tenha sido escrito na Europa ocidental, o livro serve de alerta para a Igreja no Brasil. O entusiasmo suscitado pela renovação da catequese no Concílio Vaticano II não pode arrefecer.

Élio Gasda SJ

SCHEDTLER, Justin Jeffcoat. *A Heavenly Chorus: the Dramatic Function of Revelation's Hymns*. Tübingen: Mohr Siebeck, 2014. 382 p. 16 x23 cm. (Wissenschaftliche Untersuchungen zum Neuen Testament. 2 Reihe, 381). ISBN 978-3-16-153126-2.

Justin Schedtler possui bacharelado em Artes Liberais por *Saint Olaf College* (1999), mestrado em Estudos de Novo Testamento pelo *Luther Seminary* (2007), em Minnesota, e outro em Estudos Clássicos e Orientais pela Universidade de Minnesota (2011). O doutorado, cuja tese está reelaborada e editada no presente volume, foi conferido pela Universidade de *Emory*, em Atlanta-EUA, em 2013.

O livro trata das similaridades entre os hinos do Apocalipse e o coral lírico da tragédia grega antiga. A extensão da investigação e os detalhes dos assuntos respaldam a qualidade da publicação. Os sete capítulos que compõem a obra podem ser divididos em três partes: a primeira trata dos hinos no Apocalipse (capítulo 1-2), a segunda aborda os coros gregos (capítulos 3, 4, 5 e 6) e, finalmente, a relação entre os hinos e os coros a qual o autor se propõe (capítulo 7).

A pesquisa se inicia com a história das investigações sobre os hinos do Apocalipse. O autor aponta os antecedentes no Antigo Testamento (Salmos, Isaías e Ezequiel) e em outros textos da tradição judaica (Qumran, Pseudoepígrafos, textos apócrifos) e não judaica (hinos da cultura greco-romana); as associações litúrgicas dos hinos (serviço no templo, adoração na sinagoga, antiga liturgia cristã, cerimonial da corte imperial); as implicações teológicas e cristológicas dos hinos (verdadeira realeza, orientação escatológica, teologia anti-imperial); por fim, a função estrutural que os hinos possuem no Apocalipse (p. 3-13).

Em seguida, apresenta o *status quaestionis* especificamente sob a perspectiva própria intencionada pelo autor: a relação dos hinos do Apocalipse com os antigos coros da tragédia grega. O primeiro estudo de referência foi elaborado por David Brown (1891). Ele sugere que os hinos do Apocalipse atuaram analogamente ao coral lírico da tragédia grega e se constituíram em um meio para interpretar as demais narrativas do livro (p. 14). Frederic Palmer (1903) contribui para o tema em discussão observando que não apenas os hinos, mas também outras partes do Apocalipse possuem características dramáticas de uma tragédia grega clássica. Reymond Brewer (1936) avança nas pesquisas especificando as relações dos hinos do Apocalipse com coros gregos: termos, forma de linguagem, características literárias, quem canta, elementos de *performance*, entre outros. Ao final, Schedtler ainda apresenta alguns autores posteriores que reconhecem a função dramática dos hinos, mas não avançaram no tema: Elisabeth Schüssler-Fiorenza (1977), Frederick Murphy (1998) e Massyngbaerde Ford (1998).

A partir daí, o autor formula sua metodologia e hipótese de trabalho. Segundo Schedtler, os estudos antecedentes sobre o assunto consideraram a função dramática dos hinos em relação com o período clássico (até século V a.C.) e negligenciaram os coros do período helenístico e as tragédias romanas (a partir do século IV a.C.), nos quais se observam mudanças no conteúdo, no estilo e na função. A presente pesquisa apresenta as relações entre os hinos do Apocalipse e os coros das tragédias ao longo da Antiguidade, incluindo período helenista e romano (p. 19).

No segundo capítulo, o autor examina os textos do Apocalipse (4,8-11; 5,9-15; 7,9-14; 11,15-19; 12,10-12; 15,3-4; 16,5-7; 19,1-8). Antes, apresenta a definição de hinos na Antiguidade clássica enquanto cântico dirigido à divindade (p. 22). Ele exhibe algumas características formais: estilo (em segunda ou terceira pessoa), estrutura (invocação de Deus, louvor, conclusão) e as diferentes classificações dos hinos conforme a *performance* (*performance* específica ou pertencente a um contexto performático), conforme o gênero (lírico, épico, dramático, elegíaco e alguns gêneros em prosa) ou outros elementos (acompanhamento musical, número de *performers*, contexto etc.) (p. 26-27). Contudo, a análise exegética compreende a maior parte do capítulo, com atenção à estrutura retórica e narrativa em relação ao enredo. Os dados da análise serão comparados com os coros de tragédia no final da obra.

Ao apresentar os hinos, o autor considera o contexto dos coros dramáticos gregos por meio de dois principais movimentos na Antiguidade: a poesia coral e a *performance* na Grécia arcaica e clássica (*choreia*) e as formas dramáticas particulares (*tragoedia*). No capítulo sobre os coros dramáticos (*choreia*), Schedtler discorre sobre esse fenômeno na Grécia atestado desde Homero e Hesíodo, passando pelos poetas arcaicos (Álcman, Estesícoro, Íbico, Simónides de Ceos), clássicos (Píndaro, Baquíledes) até o declínio no período pós-clássico (após o século IV a.C.). Em seguida, classifica os gêneros de coral (odes *Epinikion*; *Paeon*; *Dithyramb*; hinos e poesia coral) e as características formais de uma poesia coral (métrica, composição dos coros, tamanho dos coros, dança, formação, coreografia), elementos musicais (ritmo e acompanhamento de instrumentos) e a função dos coros de poesia coral (cúltica, mitológica, pedagógica e social).

A tragédia grega é apresentada no quarto capítulo. Schedtler se refere à origem da tragédia a partir da descrição em um texto da Poética de Aristóteles, no qual se lê a improvisação vinda de um ditirambo, composição em versos para produzir entusiasmo, entre coros e não coros e atores. Citamos aqui, em tradução portuguesa, o texto ao qual o autor se refere: “Mas, nascida de um princípio improvisado (tanto a Tragédia, como a Comédia: a Tragédia, dos solistas do ditirambo; a Comédia, dos solistas dos cantos fálicos, composições estas ainda hoje estimadas em muitas de nossas cidades), [a Tragédia] pouco a pouco foi evoluindo, à medida que se desenvolvia tudo quanto nela se manifestava; até que, passadas muitas

transformações, a Tragédia se deteve, logo que atingiu sua forma natural” (ARISTÓTELES. *Poética*. 2.ed. São Paulo: Ars Poética, 1993. p. 31, [n. 1449a]).

Em seguida, observam-se os princípios da tragédia em Atenas, no século V a.C., com os poetas (Téspis, Ésquilo, Eurípidés) e as composições meio históricas e meio míticas (p. 158-160). No século IV a.C., a tragédia ganha mais forma e popularidade conforme as evidências de manuscritos e papiros, entre os quais se destaca a tragédia do poeta Ezequiel, chamada *Exagoge* (p. 161-164). No período romano, a partir do século III a.C., a tragédia grega continua em território romano tendo como principais dramaturgos Lívio Andrônico e Gnaeus Naevius (p. 166-167). Schedtler classifica-a em duas formas: *Tragoedia* ou fábula crepidata, que repete o estilo e os temas gregos; e *Praetextata* que narra momentos e personagens ilustres da história de Roma (p. 168). Enfim, o autor descreve os contextos das *performances* (os festivais do século V-IV a.C.), as *performances* no período romano e, concluindo o capítulo, a construção dos teatros com suas características e partes que os compõem.

Os capítulos quinto e sexto expõem as formas e as funções dos coros trágicos, respectivamente, no período clássico e do século IV a.C. até o período romano. Quanto ao período clássico, antes do século IV a.C., Schedtler apresenta as características da formação de corais de tragédia: composto por homens adultos com idade para serviço militar, entre 12 a 15 membros, sendo um líder e um treinador para o grupo; a posição do coro de frente aos atores; os tipos de coral lírico (*Párodos*, *Stasimon*, *Éxodos*, os coros contracenando, os diálogos líricos) e as dinâmicas musicais. Em seguida, evidenciam-se as funções diversas presentes em um coral de tragédia: o protagonismo dos coros, os movimentos dos atores, a reação emocional do público, as vozes dos coros (p. 226-254). Finalmente, descreve-se o declínio qualitativo e quantitativo dos coros de tragédia (p. 255-261).

No período posterior, tema do sexto capítulo, a forma dos coros de tragédia se transforma com as novas configurações históricas. Há a profissionalização dos membros do coro, a diminuição dos atuantes, as posições se alteram: os coros ficam na orquestra e os atores no palco (p. 263-264). Entre o período pós-clássico e anterior à Tragédia de Sêneca, há poucos indícios de mudanças nas funções dos coros, e as informações não são suficientemente claras; a obra de destaque do período é a tragédia *Rhesus* (p. 278-280). No período do sucesso da tragédia de Sêneca, há o avanço nas ações dramáticas com a introdução de caracteres, uma sinopse das circunstâncias do drama, o prenúncio de futuros eventos dramáticos e apenas o protagonista fornecia informações sobre o enredo da ação dramática. Ainda no mesmo período, observam-se mais algumas diferenças nos episódios do drama: uma reação ao material precedente e uma implicação com o contexto mitológico-histórico, filosófico ou mitológico-teológico (p. 283).

Finalmente, o último capítulo relaciona as características dos coros com os hinos do Apocalipse. O autor adverte que não é possível espelhar os hinos com o coro da tragédia grega, pois o conteúdo do Apocalipse se apresenta como narração da visão do autor e não como um progressivo diálogo entre personagens; a estrutura do texto não segue o formato tradicional de uma tragédia (cena-coro-cena-coro), e as cenas do Apocalipse não se dividem entre entradas e saídas de personagens (p. 298). Mesmo assim, ele argumenta que a forma e as funções dos hinos evocam os coros da tragédia grega.

Em primeiro lugar, o autor indica alguns pontos de relação entre os hinos do Apocalipse e os coros de tragédia grega. Os vinte e quatro anciãos recordam o número de membros de muitos coros antigos trágicos, mantêm uma relação com o personagem principal do Apocalipse e ocupam uma posição subordinada diante dele, semelhante aos coros em relação ao personagem principal nas tragédias (p. 301-302). A formação circular diante do trono realizada pelos anciãos (cf. Ap 4,4) e outros seres – arco-íris (4,3), os quatro seres vivos (4,6), miríades de anjos (5,11;7,11) – se compreende à luz da formação circular dos coros de uma tragédia que se confirma em algumas edificações antigas. O diálogo com um dos anciãos, em Ap 7,13-14, recorda o líder do coro em diálogo com os outros atores e cantores (p. 303). Outros grupos de personagens celestes assemelham-se a um coro de tragédia: seres vivos (4,8; 5,8-10; 7,11-12; 19,4), a grande multidão de mártires (7,9-10; 19,1-3.6-8), multidão de vozes (11,15; 12,10-12), miríades e miríades de anjos (5,11-12), todas as criaturas no céu, na terra e no mar (5,13) e aqueles que venceram a besta (15,2-4). Eles possuem a mesma identidade, as funções dos membros dos grupos são homogêneas, o número de participantes não se revela (exceto as quatro criaturas) e circundam o trono à semelhança dos vinte e quatro anciãos e se parecem os múltiplos coros de tragédia (p. 305).

Em seguida, Schedtler examina os hinos do Apocalipse em relação aos coros líricos. Comparando com os vários tipos de coros, nenhum hino pode ser classificado como coro do tipo *párodos* ou *êxodos*, pois as estruturas se diferem. No entanto, dois hinos (12,10-12; 19,1-8) podem ser classificados como coro *stásima*, por causa da sequência demarcada na narrativa semelhante ao coro na tragédia (p. 307). Em termos de características formais, a dinâmica musical dos hinos (Ap 5,8;15,2) supõe um conhecimento da *performance* dos coros no período romano (p. 309). Considerando a função dos coros em relação à ação dramática, o autor observa que nenhum dos hinos introduz personagem, oferece uma sinopse das circunstâncias presentes ou funciona para avançar a narrativa, mas algumas vezes serve de prenúncio do futuro (11,17-18; 12,12; 15,3-4) e como fornecimento de informações sobre os personagens (7,13-17) (p. 310-313).

Por fim, uma consideração sobre a “voz” nos hinos, a qual o autor compara com a voz do poeta ou a voz da assembleia na tragédia, como a voz

introdramática dos personagens na antiga tragédia. Da mesma maneira que os corais líricos, nos hinos do Apocalipse, a voz pode representar a voz da comunidade (p. 316).

O estudo de Schedtler inova em uma possibilidade pouco acentuada atualmente: a relação de elementos da cultura grega com o Apocalipse. No entanto, observa-se no livro mais conteúdo sobre os coros da tragédia grega do que elementos de análise bíblica, embora o capítulo de exegese tenha sido criteriosamente elaborado. Mesmo considerando que a tragédia fizesse parte do cotidiano das comunidades cristãs em ambiente grego, o autor e os possíveis destinatários do Apocalipse teriam tanto conhecimento técnico da cultura greco-romana? Trata-se de algo a ser melhor pesquisado.

Pode-se questionar ainda se os elementos considerados têm mais relação com os coros da tragédia grega (personagens, vozes, posições etc.), como sugere Schedtler, ou antes, com o Antigo Testamento e com elementos da cultura judaica.

A pesquisa de Schedtler retoma, depois de alguns anos desde a pesquisa de Anthony Nusca, em 1998, a análise dos textos dos hinos do Apocalipse. Além do esmerado trabalho, o autor inaugura perspectivas possíveis para os elementos estéticos do Apocalipse, para relações entre a cultura grega e o Novo Testamento e as outras culturas e a Bíblia.

*Marcus Aurélio Alves Mariano*¹

¹ Doutorando em Teologia Bíblica pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, Belo Horizonte, MG, Brasil. Bolsista da CAPES.

A celebração dos cinquenta anos da abertura do Concílio Vaticano II – evento de grandes proporções, trazendo profundas repercussões na Igreja (*ad intra*) e na sociedade (*ad extra*), um *aggiornamento* em todos os campos, na teologia e nas práticas, em sua compreensão e posicionamento no mundo, com relação às ciências, às Igrejas e às religiões – nos leva a perguntar: Em que o Vaticano II mudou a Igreja? Questão esta respondida pelo professor Agenor Brighenti, atualmente coordenador do Programa de Pós-graduação em Teologia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná, em Curitiba.

O A. inicia perguntando-se qual seria a chave hermenêutica mais adequada para ler os dezesseis documentos do maior evento eclesial do século XX? Tal pergunta é relevante, pois no gradativo processo de involução eclesial das últimas décadas, por parte de determinados segmentos da Igreja, buscou-se minimizar a profundidade e a abrangência da renovação do Concílio Vaticano II. Considerando tal fato e revisitando os documentos conciliares, o A., propõe como chave de leitura o binômio “continuidade-descontinuidade”.

Segundo Brighenti, o Vaticano II é uma combinação de “continuidade” e “descontinuidade”, de fidelidade à tradição, mas também de profunda reforma, na perspectiva cunhada por Calvino, oriunda dos santos Padres e que o Concílio também fez sua: *Ecclesia semper reformanda*. O Vaticano II foi um passo ousado no resgate das fontes bíblicas e patrísticas, relidas e assumidas no contexto do mundo moderno, contra o qual a Igreja se opunha há cinco séculos.

Por um lado, a renovação conciliar é “continuidade”, uma vez que o Vaticano II, por mais inovador que seja não rompeu com a Tradição da Igreja e, conseqüentemente, é continuidade de muito do que foi recebido, de geração em geração, através dos séculos. Por outro lado, se tudo é continuidade, então não haveria novidade ou mudança, quando, na realidade, o Vaticano II fez uma profunda reforma da Igreja em todos os campos, *ad intra* e *ad extra*, seja no âmbito das práticas pastorais, assim como das estruturas eclesiais.

Nos quinze capítulos que compõem a obra, o A. mostra como o Vaticano II superou o eclesiocentrismo do Catolicismo medieval, bem como o clericalismo e a romanização do Catolicismo tridentino, e elaborou uma nova autocompreensão da Igreja, em diálogo com o mundo moderno, em espírito de serviço, especialmente aos mais pobres.

À luz dos dezesseis documentos, as grandes mudanças do Concílio Vaticano II, que marcam uma descontinuidade com a situação de então da Igreja foram as seguintes passagens: 1) a relação da Igreja com o projeto civilizacional moderno, fazendo a passagem da Cristandade à Modernidade, da mentalidade medieval à mentalidade moderna; 2) a passagem da Contrarreforma tridentina, em oposição à Reforma de Lutero, a uma profunda reforma/renovação da Igreja; 3) a passagem do binômio clero-leigos a comunidade-ministérios (Igreja de todos batizados); 4) descontinuidade no campo da liturgia: do sacerdote celebrante a uma assembleia sacerdotal; 5) o resgate de uma “Igreja-comunidade”, a exemplo da comunidade Trindade, e a consequente superação do velho e caduco modelo de uma “Igreja-massa”; 6) a superação de uma “Igreja universalista” através do resgate da Igreja local, ou seja, da diocese como “porção” e não “parte” do Povo de Deus (a porção contém o todo, a parte não); 7) a mudança na relação dos bispos entre si, com o papa, e destes com o Povo de Deus; 8) mudança na antropologia cristã, com consequências na concepção de salvação, para a vivência da fé cristã e a missão da Igreja – da salvação da alma à salvação da pessoa inteira; 9) a passagem da sacramentalização a uma evangelização integral; 10) a definição de seu novo lugar no mundo: da *fuga mundi* à inserção no mundo; 11) nova postura diante do mundo: da apologia ao diálogo e serviço ao mundo; 12) passagem de uma Igreja de prestígio e poder a uma “Igreja pobre” e para “os pobres”; 13) mudança na concepção de salvação e suas mediações para alcançá-la: do eclesiocentrismo à salvação também fora da Igreja; 14) mudança na relação da Igreja Católica com as demais Igrejas cristãs: do exclusivismo católico ao ecumenismo; 15) mudança na autocompreensão da Igreja em sua relação com as Igrejas não cristãs: da única religião verdadeira ao diálogo inter-religioso.

Encerrando o livro, o A. aponta os desafios trazidos pelo Vaticano II, tendo-se em conta que ele continua evocando mudanças, reformas, respostas a novos desafios, escuta dos novos “sinais dos tempos”, um forte convite a continuar fazendo história da salvação, na ambiguidade da história humana – como bem expressou Paulo VI: “Um Concílio não termina de forma definitiva com a promulgação de decretos, pois estes, mais do que um ponto de chegada, são um ponto de partida para novos objetivos”.

Os temas conciliares fascinam. O A. demonstra bom conhecimento das fontes tradicionais e da teologia moderna, fazendo uso acertado de ambas. A importância desse livro está em revistar e relançar o Concílio Vaticano II, apontando temáticas importantes para as quais ele trouxe mudanças, mas que na prática pastoral nem sempre são conhecidas e nem suficientemente assimiladas, correndo-se o risco de fecharem-se os olhos para tais novidades e a prática pastoral fechar-se aos desafios de nosso tempo, cultivando visões retrógradas, de medo do mundo moderno, posturas inquisidoras e

defensivas, na volta à nostalgia da clareza e da uniformidade que proporcionava a cultura pré-moderna, bem como, do lugar privilegiado que a Igreja ocupava na Cristandade. Texto de fácil leitura, linguagem acessível e pedagogicamente bem elaborado.

*Eliseu Wisniewski*¹

¹ Doutorando em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, PR, Brasil.